

ESCÂNDALO/DESDOBRAMENTOS

Partidos terão de trocar representantes na CCJ

Relatório da CPI incrimina seis integrantes da comissão que agora está encarregada de conduzir os processos de cassação na Câmara e Inocêncio pede aos líderes a substituição dos parlamentares

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA — O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), fez ontem um apelo aos líderes dos partidos para que substituam imediatamente seus representantes na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que tenham sido acusados pela CPI do Orçamento. Encarregada de julgar os pedidos de cassação de 16 deputados e um suplente incriminados pela CPI, a CCJ tem entre seus 54 membros titulares seis citados no relatório final. Inocêncio advertiu que a presença deles tira credibilidade da comissão e lança dúvidas sobre a real intenção do Congresso de punir os corruptos.

"Nossa preocupação primordial é salvaguardar os interesses da instituição e do País", disse Inocêncio, alegando que as decisões da CPI não podem ser "subvertidas". Em outra comunicação aos líderes, Inocêncio estabeleceu o número de representantes que cada partido terá na CCJ, a partir de 20 de fevereiro, quando começa novo período legislativo. Por ter perdido mais de 15 parlamentares em 1993, o PMDB teve sua representação reduzida de 11 para 10 membros. O PSD e o PP ganham duas vagas cada: agora possuem, respectivamente, seis e cin-

co lugares. O PTB perdeu uma vaga e ficou com duas. Os demais partidos mantiveram o número de representantes que já tinham. Dono da segunda maior bancada, o PFL continua com nove vagas.

Entre os membros da CCJ acusados pela CPI, dois estão na lista dos pedidos de cassação — João de Deus Antunes (PPR-RS) e Paulo Portugal (PP-RJ) — e três foram incluídos na lista dos que devem continuar a ser investigados — Gastone Righi (PTB-SP), Messias Góis (PFL-SE) e Paes Landim (PFL-PI). Também faz parte da comissão Jesus Tajra (PFL-PI), que foi retirado da lista dos que devem continuar a ser investigados. Apesar

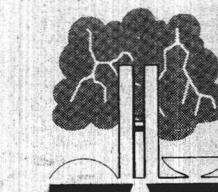
de inocentado, Inocêncio também quer que Tajra seja substituído, para evitar deixar margem a qualquer dúvida quanto à lisura dos trabalhos da comissão.

Embora o mandato da atual CCJ termine em 15 de fevereiro, os partidos não precisam substituir seus representantes. A prática vigente prevê a manutenção dos

membros durante os quatro anos do mandato parlamentar. O que muda a cada ano é a mesa diretora da comissão. Por ser a maior bancada, o PMDB detém a presidência e a primeira-vice-presidência. Derrotado na última eleição da mesa, o deputado José Thomaz Nonô (PMDB-AL) poderá ser o próximo presidente, por força de um acordo partidário, mas sua pretensão esbarra na tentativa do atual presidente, José Dutra (PMDB-AM), de permanecer no cargo até pelo menos 17 de março, quando espera ter concluído os 17 processos de cassação.

Confiente na manutenção do acordo, Nonô, que há um ano presidiu a controvérsia CPI da Vasp, tem uma proposta ousada: abrir as sessões da comissão à imprensa e ao público. Pelo regimento, as sessões serão fechadas e as votações abertas. Neste final de semana, ou no máxi-

mo segunda-feira, o presidente da Câmara enviará à CCJ as representações contra cada um dos deputados indicados para cassação pela CPI do Orçamento. Cada três casos terá um relator, pelo projeto de Inocêncio. O processo será iniciado por José Dutra e concluído pelo novo presidente a partir de 20 de fevereiro.



PROCESSOS COMEÇAM NA SEMANA QUE VEM



A volta do anão

O Congresso viveu ontem momentos de constrangimento com a reaparição do deputado João Alves (sem partido-BA), apontado como o chefe do esquema de corrupção do Orçamento. Ele foi ao plenário da Câmara participar da votação do ajuste fiscal. Entrou com o colega Ibrahim Abi-Ackel (no meio, na foto) e cum-

primentou primeiro a deputada Sandra Cavalcanti (à esquerda). Os dois são do PPR, partido que expulsou Alves no início do escândalo. O líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA), não conseguiu evitar um aperto de mão. Alves ficou 45 minutos no plenário. Classificou como uma "infâmia" o relatório final da

CPI, que pede sua cassação. "Deviam respeitar meus 74 anos, sou um homem velho, não fumo, não bebo, só saio da cama para ir ao trabalho e do trabalho para a cama", disse. Na hora de votar, acompanhou a posição do PFL e votou contra a Medida Provisória 406, que reduz o prazo de apuração do IPI de 20 para 10 dias.